

INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NO ACESSO E GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE

Gustavo Henrique Conceição Souza

Universidade do Estado do Pará – UEPA.

Eixo Temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social

Resumo

Esse trabalho é proveniente da incessante busca por conhecimentos que estejam ligados a inclusão, e, portanto, a educação inclusiva, evidenciando o contexto escolar, a fim de propor modificações em relação a postura das instituições de ensino e seus profissionais. Porém, o fazer escolar não acontece de forma isolada, pois está intimamente relacionado a sociedade. Isso é resultado, entre outras coisas, da diversidade que ocupa o espaço educativo, em que diferentes modos de ser são colocados em evidência e, infelizmente não são respeitados. Notadamente, a prática escolar assume uma responsabilidade, já que a formação oferecida por ela é reflexo nas relações sociais estabelecidas. Com isso, será exposto a visão histórica que as Pessoas com Deficiência se sujeitaram ao longo do tempo. Como também, será fundamental dialogar sobre os pressupostos e proposições da Inclusão. Também se mostrarão as dificuldades que se colocam para que a ação educativa valorize a realidade dos educandos. Para isso, é relevante nomear tais práticas que insistem em se manter e atrapalhar a realização de um ensino que alcance todos os indivíduos. Além disso, serão explorados os requisitos para que haja uma educação de qualidade, levando em consideração as implicações sobre a universalização e a gratuidade do ensino, independentemente das necessidades dos sujeitos. Assim, esse estudo baseado em uma pesquisa bibliográfica se aporta em autores que discutem e propõem a inclusão, tais como Mantoan (2003) e Aranha (2005), entre outros. Ademais, se ampara em documentos legais, observando sua relação com movimentos internacionais, expondo como o ser humano com ou sem deficiência deve ser visto e tratado pela sociedade e, especificamente como deve receber o atendimento educacional, ancorando-se na Lei de Diretrizes e Bases e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, com vistas as especificidades e possibilidades das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NEES.

Palavras-chaves: Direito; Diversidade; Educação Inclusiva; Escola; Inclusão; Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

O contexto escolar, a partir de suas estruturas e objetivos, têm como funcionalidade atender todos os sujeitos, os quais podem ou não possuir alguma necessidade educacional especial. Porém, esse espaço, em muitos casos, acaba se tornando um local de mera reprodução de conhecimentos, em que se destaca somente a transmissão, a qual é proveniente de uma longa e histórica educação tradicional, em que a realidade dos educandos não é levada em consideração e, conseqüentemente o seu aprendizado é comprometido.

Soma-se a isso, o fato de a instituição escolar se caracterizar como um ambiente em que múltiplos sujeitos fazem parte e por isso dela dependem para que tenham uma formação que vá além da instrumentalização e sirva de aprendizado para suas práticas escolares e sociais. Nesse viés, destacam-se as pessoas com deficiência, cuja forma de aprender é diferente dos demais, as quais necessitam de abordagens teórico-metodológicas que visem a formação e o desenvolvimento de suas capacidades, servindo como possibilidades para uma educação que seja pautada no respeito às diferenças, tendo em vista a singularidade e as especificidades dos educandos, haja vista que estes devem ser enxergados além de suas limitações.

Assim, esse trabalho procura dialogar sobre as diferentes formas que a Escola assume e deve assumir perante o público que atende, levando em conta a sua estrutura e funcionamento nas variadas atividades que executa. Além disso, procura discutir sobre o lugar que os sujeitos público-alvo da Educação Especial ocupam em seu ambiente formador. Pretende-se também explanar como a educação vem ocorrendo, se há qualidade no ensino e aprendizado, tendo como ponto de partida os requisitos para que haja uma educação que seja eficaz e, portanto, de qualidade.

Dessa maneira, as proposições que serão apresentadas partem de pressupostos legais nacionais e internacionais sobre a questão educacional dos sujeitos com Necessidades Educativas Especiais – NEES, a fim de mostrar o que pontuam convenções, declarações, decretos e diretrizes educacionais para esse público. Faz-se também necessário colocar em evidência o que

propõem alguns autores sobre o tema, a saber MANTOAN (2003), ARANHA (2005) e outros, com vistas à Educação Inclusiva.

Inicialmente, será feita a exposição sobre um recorde sócio histórico da situação das pessoas com deficiência ao longo do tempo, destacando os resquícios que os diferentes olhares assumiram e persistem sobre essas pessoas. Em seguida, procura-se retomar o processo de invisibilidade a que esses sujeitos sempre estiveram (e ainda podem estar) submetidos no meio social e, especificamente, no sistema escolar, relatando como as práticas de preconceito e discriminação ainda se fazem presentes, dentro e fora dele.

Por fim, almeja-se discutir a universalização da educação, seu caráter formador e sua situação dentro dos espaços escolares, os quais caracterizam-se como locais em que diversos saberes se encontram, se constroem e reconstroem. A partir da garantia de direitos, em seus avanços e contradições, serão feitas provocações sobre os desafios que permeiam a escola, assim como colocações para a efetivação de uma Educação Inclusiva, em contrapartida as atitudes de exclusão, segregação e marginalização.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O DIREITO DE SER E APRENDER DENTRO E FORA DA ESCOLA

Ao longo dos séculos, os sujeitos com algum tipo de deficiência, eram vistos como pessoas que não dispunham dos mesmos direitos que uma pessoa dita normal, a qual tinha características baseadas em um padrão estabelecido pela sociedade em geral. Acreditava-se que os seres com alguma chamada anomalia eram acometidos por castigos de Deus ou estavam possuídos por demônios ou forças do mal.

Essa ideia era proveniente de pensamentos e atitudes que colocavam essas pessoas como inferiores, em que buscavam justificar suas limitações, dando adjetivos impróprios e termos pejorativos para a Deficiência. Esse tema sempre foi tratado como algo que não fazia parte da sociedade, ou pelo menos tentavam expulsá-lo de suas discussões, uma vez que desde os primórdios os seres humanos são representados por aquilo que podem produzir, isto é, pelo

que podem fornecer à sociedade como forma de concretizar a lógica capitalista.

Nesse interim, é de conhecimento que a história da deficiência é marcada por diversos acontecimentos, os quais em suma não foram de relevância positiva, nem para os sujeitos que sofreram as consequências, nem tampouco para a sociedade como um todo, uma vez que as construções históricas e culturais perduram até os dias de hoje, sobretudo em sua mais triste e impactante ação, o preconceito. A deficiência esteve presente, não só em diferentes indivíduos, mas também em diferentes estruturas sociais.

Assim, segundo relatos e estudos, sabe-se que na Grécia Antiga, as pessoas com deficiência sofreram inúmeras práticas de discriminação. Isso ocorreu principalmente, em função de sua cultura se basear na vida das deusas e deuses e por isso valorizava a idealização do corpo perfeito. Com isso, predominavam a matança e/ou o abandono das crianças com alguma deformidade física ou cognitiva. (BRANDERNBURG & LUCKMEIER, 2013).

Ainda, segundo essa autora, outras civilizações deixam evidências de como encaravam e tratavam a questão da Pessoa com Deficiência. Por exemplo, o Egito, país que chegou a ser conhecido como a Terras dos Cegos, em consequência de uma doença que levou inúmeras pessoas a cegueira. Como também, a Cultura Romana, local onde haviam leis que protegiam apenas as crianças que não possuíam nenhuma deficiência, enquanto as que tivessem deveriam ser executadas pelos seus pais assim que nascessem. Porém, muitos não tinham coragem e as abandonavam nas margens dos rios e quando resgatadas viviam de esmolas, eram recrutadas para atividades nos circos ou se prostituíam. (BRANDERNBURG & LUCKMEIER, 2013).

Mais adiante, a Idade Média, se caracteriza como um longo período em que houve diversas perseguições, e isso não seria diferente com as pessoas que tinham alguma característica fora do padrão estabelecido, pois acreditava-se em castigos divinos e maus espíritos. Esse ideal foi mudando com o tempo, em função da expansão do Cristianismo, cujos adeptos valorizavam a vida e por isso condenaram a eliminação de crianças e bebês. E passaram a propor soluções para esses sujeitos.

Nesse contexto evidencia-se uma preocupação às Pessoas com Deficiência, haja vista que instituições vão sendo construídas para que esses indivíduos recebam um tratamento. Assim, ao longo dos séculos vão surgindo instituições sociais, hospitais, asilos, orfanatos e hospícios que dedicavam um mínimo de educação a esses sujeitos. Entretanto, esse atendimento é considerado de caráter assistencial, uma vez que eles eram colocados em tais locais como forma de afastá-los do meio sócio cultural.

A partir disso é notório que essas pessoas foram excluídas dos afazeres cotidianos, assim como foram privadas de um direito essencial, que é o de Viver. Isso implica, entre outras coisas, conviver com seus pares e dispor de uma educação de qualidade. E no quesito Educação, sabe-se que o acesso a este fundamental e imprescindível bem não foi (e ainda não é) garantido a todos os sujeitos, sobretudo os que são público-alvo da Educação Especial.

Logo, se há exclusão, faz-se necessário discutir, debater e executar a Inclusão. E é sobre essa Crise de Paradigmas que se pode fomentar a universalização e a gratuidade da educação para todos os indivíduos, sejam eles com ou sem deficiência. Partindo do campo escolar e suas implicações teórico-metodológicos é que as propostas de uma educação inclusiva se fundam e se materializam, haja vista que a escola é o local em que se faz e desfaz os pressupostos educacionais.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. (MANTOAN, 2003, p. 16)

Incluir, portanto, prevê mudar as concepções e posturas que a sociedade assume perante as Pessoas com Deficiência. Além disso, a educação inclusiva provoca o pensar e o repensar da escola, propondo um olhar para suas práticas educativas, assim como para os avanços que essa luta tem alcançado. Mas, sobretudo, enfatiza os desafios e barreiras que se colocam, uma vez que o direito educacional é negado e pior do que isso é viabilizado, mas pauta-se em estratégias que negam a individualidade dos diferentes indivíduos e, portanto, viola a sua forma, não só de ser, mas também de aprender.

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais

especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MANTOAN, 2003, p. 15)

A partir disso, a escola, não pode continuar somente integrando seus alunos. Esses agentes nela se encontram e são seres que necessitam de uma formação plena, que vise sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Em consonância, há a necessidade de um lócus formador não só para as instruções escolares, mas também para o convívio social, já que esse ambiente é o reflexo da sociedade, a qual é composta por seres atuantes e pensantes, marcados por inúmeras contradições. É preciso rever a estrutura escolar em sua totalidade para que a educação seja objeto de conhecimento de todos e isso inclui também a postura da sociedade mediante os meios que viabilizem um ensino e aprendizado eficazes.

Ademais, se faz necessário conhecer os sujeitos que fazem parte da Educação Especial, tendo em vista as especificidades que permeiam o modo de vida deles e como a escola está colocada para eles. Assim, é possível inferir sobre as diferentes formas em que estes se encontram, além de ser propício a promoção de recursos didático-pedagógicos que sejam eficazes durante a aquisição de conhecimento e a significação deste na realidade, na sua vida. Uma relação professor-aluno harmônica, no sentido de que ambos podem aprender juntos proporciona a existência de um aprendizado significativo e, portanto, inclusivo.

Estabelecer a relação professor/aluno sobre novas bases é tarefa que exige, considerando nossa história, repensarmos ambos os papéis, refletindo sobre a bidirecionalidade e a interdependência que constituem as relações pessoais para que nos fiquem claras as suas consequências. (ARANHA, 2005, p. 10)

Nesse sentido, é importante destacar o caminho percorrido para que a Educação seja garantida e acessada por todos, já que é um direito de qualquer cidadão, seja ele com ou sem deficiência. Mas, sabe-se que aqueles que possuem alguma necessidade educativa especial enfrentam desafios ainda maiores. Por isso, movimentações internacionais e nacionais afirmam e reafirmavam o compromisso que a sociedade como um todo tem em reconhecer as diferenças dos sujeitos.

Destacam-se, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a qual dispõe no Artigo VI, que “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Assim como a Declaração de Salamanca, criada em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, “afirmando os direitos da criança, pontuando que as pessoas com deficiência têm o direito à educação e que suas necessidades devem ser valorizadas”. Salienta-se também a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Guatemala (1999), cujas formulações também buscam disseminar a pluralidade humana e o respeito a ela.

As mudanças e discussões acerca da educação e sua disponibilização em todo o planeta também refletiram na afirmação e construção de documentos brasileiros. Eles procuram orientar as práticas educacionais e sociais sobre o acesso e permanência dos diferentes sujeitos, visando reconhecer e oferecer recursos as suas necessidades.

Se enfatiza a Constituição Federal (1988), onde se lê no “Art. 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Como também, o “Art. 208, inciso III, esclarece que a educação deve ser garantida e efetivada mediante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Notoriamente, vemos uma preocupação sobre a Pessoa com Deficiência, a qual, segundo dados legais dispõem dos mesmos direitos e por isso das mesmas condições de qualquer outro. Contudo, no Brasil, nem sempre os direitos são garantidos, pois ainda há, em muitos casos, situações de preconceito e discriminação. Em função disso, também foi criada a Lei Brasileira da Inclusão (2015), cujo objetivo é afirmar e garantir o direito das pessoas que possuem dificuldades físicas ou cognitivas.

Art. 1º - É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Lei nº 13.146/2015).

Especificamente para os sistemas de ensino, a Lei nº 9.394/96 – LDB, no art. 4º, inciso III, afirma que o Estado deve disponibilizar “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. E as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, enfatiza: “existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meios para acessar ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais”. (BRASIL, 2001, p. 33)

No entanto, embora a inclusão seja um tema que esteja sendo cada vez mais discutido e difundido, infelizmente o cotidiano escolar evidencia-se como um ambiente em que as práticas educativas continuam a ser exclusivas. Isso é decorrente da mera integração que insiste em se manter nas instituições de ensino, onde os alunos são colocados nas salas de aula sem que haja o reconhecimento de suas necessidades e a exploração de suas possibilidades. Se mantém uma visão de que as limitações dos educandos são maiores que suas potencialidades.

O espaço escolar acaba por se tornar um local que integra, mas segrega e marginaliza, já que os indivíduos têm suas especificidades negadas e os direitos inviabilizados. São vítimas de metodologias que não envolvem todos os alunos, já que as atividades colocadas ao público da Educação Especial não acompanham o que é desenvolvido pelo professor. Então, resulta numa distorção durante o processo de ensino e aprendizagem e até mesmo a falta deste.

Isso é característico de instituições que são falhas no seu planejamento escolar, pois fecham os olhos para a atuação do professor, o qual também se conforma com as práticas de ensino desrespeitosas que vai exercendo ao longo do ano letivo. Feito isso, a escola, cujo papel é de exercer e garantir o acesso e a permanência dos diferentes sujeitos, bem como reconhecer suas diferenças, se torna uma grande produtora de estigmas, que permeiam desde o despreparo do professor a marginalização do aluno dentro e fora do ambiente

formador, o qual se contradiz ao ser marcado por práticas de discriminação e exclusão, promovendo o preconceito, um dos grandes desafios para a Educação Inclusiva.

Atualmente as instituições educacionais enfrentam os desafios de salas de aula superlotadas; falta de recursos específicos para atender demanda dos alunos com deficiências visuais; falta de domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de intérpretes para os alunos surdos; assim como a resistência de alguns docentes, que alegam falta de preparo para trabalhar com esses alunos nas salas de aulas comuns e a inércia por parte dos dirigentes. (MORAES, 2018, p. 126)

Outrossim, são inúmeras as barreiras existentes no contexto escolar e é por isso que a educação inclusiva é tão colocada como um mecanismo que busca valorizar as diferenças, a fim de fazer com que todos os indivíduos tenham seu direito de ser e aprender garantidos. Conforme pontua Moraes (2018) “há que se pensar em uma mudança atitudinal tanto dos profissionais quanto das famílias que muitas vezes emperram o trabalho das escolas em detrimento de interesses próprios e até de preconceitos”. Por isso, transformar às práticas educativas também implica modificar padrões estabelecidos pela sociedade, a qual classifica as pessoas pelo que podem produzir, se valendo dos conceitos de capacidade e incapacidade. Mais do que isso, é necessário haver mudança de mentalidade.

3 MÉTODO

Os estudos e discussões desse trabalho são provenientes da necessidade de se conhecer mais a fundo a temática da Educação Inclusiva e suas questões, a fim de saber sobre as proposições e os fundamentos que nela estão inseridos. Destaca-se a importância da busca por informações para alcançar saberes necessários à prática educativa, ainda que se esteja em formação.

As colocações têm como foco dialogar sobre as formulações acerca do tema tratado, evidenciando os pressupostos teórico-metodológicos de diversos autores, por isso caracteriza-se como uma Pesquisa Bibliográfica. A partir disso, a produção ocorreu por meio de leituras, estudos, análises e comparações sobre o que diversos autores têm colocado sobre os avanços, desafios e proposições para uma ação educativa que alcance uma aprendizagem significativa.

Como também, foram realizados o conhecimento e o reconhecimento da Legislação Brasileira, para que haja uma educação de qualidade, tendo em vista a postura da sociedade e da escola perante as Pessoas com Deficiência. Ademais, evidenciou-se a leitura e a análise sobre os movimentos nacionais e internacionais e suas implicações para a criação e formulação de Documentos Legais. Por isso, também contou com a análise e comparação bibliográfica dos Marcos Legais, em âmbito social e educacional.

Procurou-se dar ênfase as práticas socioeducativas a partir do que propõem alguns autores, mostrando o processo de construção sobre a invisibilidade que ocorreu em direção a esse público, debatendo a visão e o pensamento que se perpetua até hoje, confrontando a atuação da escola e as orientações documentais que pregam um ideal de educação inclusiva.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A exploração dos fundamentos teórico, metodológicos e práticos que partem em direção as proposições para a Educação Inclusiva é de suma importância para que o corpo docente possa inovar suas práticas e atuar com base em princípios que visem a inclusão de todos. Contudo, inicialmente, se faz necessário conhecer os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, especificamente os com deficiência. Conforme pontua Aranha (2005), “as pessoas com deficiência são aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”.

Ao aproximar-se dos alunos, o que implica conhecer suas vivências e ter ciência de suas necessidades, o professor pode caminhar em direção a uma nova postura. E isso resulta em ação, fundamentada em atitudes que sejam contrárias às práticas de segregação e marginalização. Por isso, é necessário haver uma formação que vá além dos pressupostos discutidos durante a vida acadêmica, já que o desenvolvimento da ação educativa também é resultado dos aprendizados que ocorrem na relação professor aluno.

Nesse viés, a formação continuada configura-se como um mecanismo que proporciona debates e reflexões sobre a prática educativa, cujo foco é analisar

e repensar o papel do professor enquanto mediador e facilitador no processo de ensinar e aprender. Daí provém a necessidade de rever e reorganizar o planejamento escolar, os quais também podem ser realizados por meio da leitura, análise e comparações sobre a temática da inclusão, conforme as indagações deste trabalho.

A formação continuada em processo tem se configurado como uma possibilidade de pensar as demandas escolares e os processos de escolarização dos sujeitos que também são público-alvo da educação especial. (JESUS & EFFGEN, 2012, p. 17)

É sobre o pensar da Educação Especial, tendo em vista a educação que é oferecida a esse público, que a Escola, em sua maioria, se apresenta como um lugar em que as atividades exercidas ignoram as especificidades dos diferentes sujeitos. Isso vale para todos, com ou sem deficiência. Sobre a ótica da inclusão é possível propor transformações para esse espaço, as quais são imprescindíveis tanto para quem ensina, quanto para quem aprende, uma vez que essa relação é marcadamente composta pela diversidade humana.

É importante que se entenda a escola como um lugar privilegiado de formação, como um espaço para discussão de questões que têm profunda correlação com a prática ali vivenciada e de busca de caminhos no tocante à tomada de decisões relativas às condições de trabalho, à aprendizagem vivenciada pelos alunos sob sua responsabilidade. A inclusão deve ser pensada, também, de maneira a extrapolar a dimensão da sala de aula, envolvendo toda a comunidade escolar. (MARTINS, 2012, p. 36).

Concomitantemente, é válido destacar o caráter formador que a educação assume, assim como a relevância que a universalização e gratuidade pode fornecer aos diferentes sujeitos. A partir disso, a escola deve portar-se como um local em que suas vivências sejam contra práticas de exclusão e, conseqüentemente, de discriminação e preconceito. Como também, o professor deve assumir um papel que viabilize os meios educativos, valorizando a singularidade de cada um na sala de aula.

Portanto, as instituições de ensino devem responsabilizar-se pela tomada de decisão realizada ao longo do tempo, buscando transformar o que for e viabilizar uma educação de qualidade. Isso é fundamental para que a Inclusão esteja cada vez mais presente no meio escolar e faça valer os direitos de todos os cidadãos fora dele, em que o respeito as múltiplas realidades seja colocado em prática.

Com isso, a partir das inferências observadas durante a leitura, análise e comparação dos autores citados e dos documentos norteadores pontuados, é possível constatar que a educação inclusiva propõe diversas possibilidades para a aplicação de metodologias que sejam eficazes e explorem as potencialidades de todos os educandos. Desse modo, as colocações tiveram como intenção tratar a temática da educação inclusiva, no que tange às práticas exercidas pela escola e por isso aportou-se em documentos que de alguma forma procuram orientar a funcionalidade da escola, bem como servem de meios que disponibilizam informações, a fim de dar voz e força para a luta percorrida, procurando vencer obstáculos para se alcançar a inclusão em todos os espaços.

5 CONCLUSÕES

Com o exposto, é de suma importância tratar da questão da inclusão, pontuando as problemáticas que permeiam o caminho para sua efetivação. Assim como é relevante explorar e expor os pressupostos sobre o tema para que haja um reconhecimento de suas implicações e um redirecionamento sobre o olhar e as práticas evidenciadas sobre os educandos, essencialmente os que são público-alvo da educação especial. Desse modo, o objetivo maior foi dialogar e esclarecer alguns pontos sobre a Inclusão, como forma de fazer valer a difusão sobre o tema e, portanto, a sua concretização.

Da mesma forma, tratar da educação, sua universalização e gratuidade, tendo em vista o acesso e a permanência dos diferentes sujeitos nas instituições de ensino. Pressupondo os meios para que a garantia e a efetivação dos direitos educacionais possam ser realizadas da melhor forma e estejam atrelados a inclusão, a fim de fazer com que seja exercida a Educação Inclusiva.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos na escola: necessidades educacionais especiais de alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LUCKMEIER, Cristina. **A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva.** Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, p. 175 – 186, 2013.

BRASIL. República Federativa. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24/ago. /2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24/ago. /2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24/ago. /2020.

CROCHÍK, José Leon. **Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica.** In: MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (orgs.). **O professor e a educação inclusiva.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 39 – 59.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. **Formação docente e práticas pedagógicas: concepções, possibilidades e tensões.** In: MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (orgs.). **O professor e a educação inclusiva.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25 – 38.

MACEDO et al. **Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179 – 189, abr./jun. 2014.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva.** In: MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (orgs.). **O professor e a educação inclusiva.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 17 – 24.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, Cleuza Rosália Ferreira de. **Desafios da inclusão no contexto educacional.** *Revista Educação em Foco*. Edição nº 10, 2018. p. 123 – 128.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Declaração de Salamanca.** Espanha, 1994.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Declaração de Jomtien.** Tailândia, 1990.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção Da Guatemala) – 1999.**

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948.**